

**A CONTRADIÇÃO ENTRE AS ASPIRAÇÕES DE CRIAÇÃO DE ESTADOS  
DOMINADOS PELAS DIÁSPORAS DO COLONIALISMO E PELAS POPULAÇÕES  
ORIGINÁRIAS, BEM COMO OS CONFLITOS NO SEIO DESTAS, NOS ESTADOS  
PÓS-COLONIAIS CONSTITUÍDOS NO INÍCIO DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉC. XX  
EM ÁFRICA<sup>1</sup>**

*The contradiction between the aspirations to create states dominated by the diaspora of colonialism and by the original populations, as well as the conflicts within these, in the post-colonial states established at the beginning of the last quarter of the 20th century in Africa*

MANUEL, Carlos Mariano<sup>2</sup>

**Resumo**

O presente trabalho baseia-se numa investigação metanalítica de algumas publicações relevantes às quais o autor pôde aceder referentes à História Geral de Angola e, em especial, a referente às aspirações coloniais que pretendiam materializar a constituição de um País como no continente americano onde os poderes foram tomados pelas diferentes diásporas europeias e em detrimento do direito de libertação das populações originárias, ao conflito armado que opôs as Forças Armadas governamentais e a Oposição Política e Militar nos 27 anos ulteriores à constituição do nosso país em Estado Soberano. Apresenta-se os aspectos particulares desse conflito, a devastação inédita em vidas humanas e económica e social, a extensão do conflito de progressiva intensidade em muitas regiões do País, as iniciativas e os múltiplos encontros diplomáticos realizadas entre as forças beligerantes e entre estas e os promotores externos da beligerância nacional, a extinção da tensão internacional da Guerra Fria e o desanuviamento da tensão regional na região da África Austral, e finalmente, a Reconstrução Nacional conseqüente à conquista definitiva da Paz.

**Abstract**

This work is based on a meta-analytical investigation of some relevant publications to which the author had access, referring to the general history of Angola and, in particular, the colonial aspirations that sought to establish a country similar to those on the American continent, where power was taken by different European diasporas to the detriment of the right to liberation of the original populations, and the armed conflict that opposed the government armed forces and the political and military opposition in the 27 years following the establishment of our country as a sovereign state. The particular aspects of this conflict are presented, including the unprecedented devastation in human, economic, and social terms, the spread of the conflict with increasing intensity in many regions of the country, the initiatives and multiple diplomatic meetings held between the warring forces and between them and the external promoters of national belligerence, the end of international Cold War tensions and the easing of regional tensions in southern Africa, and finally, the national reconstruction that followed the definitive achievement of peace. Palavras chave: colonialismo, conflitos armados de ocupação colonial, libertação e pós-coloniais e fratricidas, guerra fria, diplomacia de fim de conflito, paz e reconstrução nacional.

**Palavras-chave:** *colonialismo; conflitos armados de ocupação colonial; libertação e conflitos pós-coloniais e fratricidas; Guerra Fria; diplomacia pós-conflito; paz e reconstrução nacional.*

**Key-words:** *colonialism; armed conflicts of colonial occupation; liberation and post-colonial and fratricidal conflicts; the Cold War; end-of-conflict diplomacy; peace and national reconstruction.*

**Data de submissão:** outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

<sup>1</sup> Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

<sup>2</sup> CARLOS MARIANO MANUEL – Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: [ligaaficana@gmail.com](mailto:ligaaficana@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Recorrendo apenas à História contemporânea da parte da Humanidade do hemisfério ocidental, os conflitos militares de índole internacional, regional ou nacional foram assolando diversos Povos, sendo o que eclodiu no nosso solo pátrio deve ser também indissociavelmente contextualizado no âmbito de tensões internacionais da Guerra Fria, aos quais se associaram factores ligados à génese do nosso País a partir da congregação pelo colonialismo português de várias nações nativas e conseqüente promoção do provincianismo em detrimento do nacionalismo angolano.

A Europa foi assolada até à segunda década do século XIX pelo expansionismo napoleónico, cuja derrota suscitou a realização do Congresso de Viena em 1814, que reestabeleceu as fronteiras de muitos Estados europeus, e Napoleão foi exilado para ilha africana de Santa Helena, que dista de cerca de 600 Km da costa da província angolana do Namibe e aí se esfumou definitivamente a sua vida.

No início do último quartel do século XIX eclodiu e por dois anos durou a guerra entre os impérios Russo e Turco-Otomano, antecedida pelas sublevações nacionalistas e independentistas contra o colonialismo otomano nos Balcãs, cuja resolução foi encontrada, primeiro no âmbito do Tratado de S. Estêvão de Janeiro de 1878 e em Junho do mesmo ano, no âmbito da Conferência de Berlim sobre os Balcãs, promovida pelas potências da Europa ocidental insatisfeitas com o domínio da influência russa naquela região.

Porém, a persistência de aspirações nacionalistas não resolvidas na Conferência de Berlim sobre os Balcãs, voltou a fazer eclodir a Primeira Guerra Mundial, precipitada pelo assassinato em Saraievo do príncipe herdeiro do Império Áustro-Húngaro e no decurso da qual, este e os Impérios Otomano e Alemão constituíram uma das partes e a outra integrou a aliança constituída pelo Império Russo e pelas potências europeias ocidentais, cujos efeitos do seu termo com a derrota daqueles três impérios aliados traduziram-se em África, pela participação na guerra e baixas de Angolanos e dos Moçambicanos ao lado de Portugal nos territórios fronteiriços entre as suas colónias de Angola e Moçambique e as alemães da Namíbia e da Tanzânia, bem como a transferência das colónias alemães e otomanas no Médio Oriente, na África Magrebina, África Ocidental, África Oriental e África Austral para a jurisdição colonial da França, do Reino Unido da Grã Bretanha e da África do sul no caso da Namíbia.

O Nacionalismo e expansionismo germânicos derrotados e humilhados em 1918 nos termos do Tratado de Versailles emproaram o Império Alemão sob a liderança de Adolf Schinkelgruber (com o pseudónimo de Hitler) a desencadear em 1939 a II Guerra Mundial, emulado no extremo-orientes pelo expansionismo nipónico com o qual também se aliou.

A circunstância de Portugal não ter sido parte dentre os beligerantes da II Guerra Mundial, poupou os Angolanos de nela estarem envolvidos, mas as consequências internacionais do seu fim com a derrota da Alemanha e seus aliados em 1945, tiveram profundos efeitos no nosso País, especialmente, a dinâmica internacional associada à criação da Organização das Nações Unidas, a adopção por esta do princípio da descolonização dos povos governados por potências estrangeiras, o desvanecimento das aspirações da diáspora portuguesa em Angola que pretendia proclamar um Estado minoritário sob a égide dos caucasianos nativos ou imigrantes, o advento da Guerra Fria que opôs os países coligados com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no modelo socialista e com pretensão para o comunismo na colectivização da propriedade e estatização do Capital na governação das respectivas sociedades de um lado e do outro, os países baseados no liberalismo e na proeminência da propriedade privada do Capital na governação das suas sociedades; foram ainda consequências da Ordem Global pós-II Guerra Mundial, a realização da Conferência de Bandung na Indonésia em Abril de 1955 para concertação da cooperação económica e solidariedade na libertação do colonialismo dos países em desenvolvimento ou territórios colonizados, o surgimento de Organizações Políticas Nacionalistas e Independentistas asiáticos e africanos, a concessão pela França e pelo Reino Unido da Grã Bretanha da Independência às suas colónias asiáticas e africanas no terceiro quartel do século XX e a confrontação militar enquadrada na competição global mas com expressão limitada à algumas regiões, e.g. Península Coreana em 1953-54, da península da Indochina de 1955-75, do Médio orientes, Guerra intermitente Israelo Árabe ou do Médio Oriente desde 1949, conflito na África Austral e no chamado Corno de África, etc. ou a alguns Países, e.g. nas guerras de libertação pela Independência nacional em África, entre a coligação dos países liderados pela Estados Unidos da América do Norte (EUA) e os Países socialistas liderados pela URSS, no contexto da qual se integrou o conflito militar angolano de 1975 até 1992 e, desde este último ano, se autonomizou, no sentido de ausência do patrocínio ou da procuração das

potências internacionais beligerantes na Guerra Fria, em conflito entre o governo e a oposição armada angolanos.

*Aspectos particulares do conflito pós-independência em Angola.*

A extinção do colonialismo português em Angola foi acordada numa Conferência quadripartida realizada no período de 10 a 15 de Janeiro de 1975, no Hotel Penina, na freguesia do Alvor do Conselho da Albufeira do Distrito do Algarve de Portugal, na qual foram partes negociantes apenas o País colonizador (Portugal) e as três organizações políticas angolanas, que combateram por via militar em território angolano o colonialismo Português na década de sessenta e primeira metade da década de setenta do séc. XX. No âmbito do Acordo do Alvor ficaram igualmente estabelecidos os actos que precederiam a proclamação da Independência e da plena soberania de Angola, também aprazada no Acordo para nove meses depois, em Luanda, no dia 11 de Novembro de 1975.

Não houve comprometimento ou envolvimento de Organizações multilaterais, e.g. a Organização das Nações Unidas, Organização da Unidade Africana, Organização dos Países Não Alinhados, etc. ou dos Países que lideravam a Ordem Global na sua expressão sob forma de Guerra Fria, especialmente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América do Norte. O Acordo tinha como balizas de segurança apenas o que ficou preceituado na sua substância, bem como a boa fé e vagos apelos à consciência da necessidade de ser promovida a paz em Angola pelos envolvidos, como se a inata imperfeição do ser humano o imunizasse também das ambições suas e das dos seus correligionários e contemporâneos.

Ao contexto interno baseado na natureza plural do nacionalismo que combateu o colonialismo em Angola, associavam-se os desafios de ordem geopolítica consubstanciados na (I) existência de governos minoritários emanados da diáspora europeia anglo-saxónica, desesperados em consolidar os seus poderes no cone meridional do continente, num processo que emularia as independências dos países do continente americano e que fizeram recurso a doutrinas abomináveis, designadamente, o racismo institucionalizado e designado apartheid na África do Sul, (ii) a independência unilateral apenas para caucasianos no Zimbábwe, (iii) a incorporação permanente na jurisdição sul-africana do território da Namíbia cedido provisoriamente sob Mandato sul-africano em

1918 pela Sociedade das Nações, (iv) o plano do governo do apartheid de constituir uma Comunhão (Comonwealth) de Estados da África Austral sob liderança sul-africana, (v) ameaças depois consumadas de acções militares agressoras dos poderes minoritários contra as nações soberanas com governos constituídos pelas maiorias nativas da região e (vi) proselitismo de todas as nações da região à ordem global liderada pelos Estados Unidos da América do Norte e seus aliados e os desafios internacionais consistentes na (i) ausência da influência da comunidade dos países socialistas na região e (ii) perspectivas de inclusão dos preciosos recursos diversificados da região na esfera do Conselho da Ajuda Mútua e Económica (CAME) subtraindo-os da esfera da economia liberal mundial liderada pelos EUA e pelos antigos colonizadores e (iii) aspirações de controlo das rotas marítimas das regiões ocidental e meridional do Oceano Índico (por via da Independência de Moçambique), oriental e meridional do Oceano Atlântico (Por via da Independência de Angola) e da transição entre os dois oceanos (após a democratização e o controlo da África do Sul pelo governo de maioria nativa).

As modalidades pelas quais Angola acedeu à condição de país independente e soberano suscitaram vivas preocupações sobre o seu ulterior posicionamento no concerto das nações entre os países mais poderosos do mundo.

À título ilustrativo, cita-se o que foi referido no decurso da visita do Presidente Gerald Ford de 1 a 5 de Dezembro de 1975 (20 dias depois da Independência de Angola) à China e na visita de 21 a 23 de Janeiro de 1976 (71 dias após a Independência) do Secretário de Estado da mesma administração americana a Moscow.

Nas conversações realizadas entre as delegações conduzidas pelo Presidente Gerald Ford e Mao Tse Tung, no período das 09h25 a 11h25, do dia 3 de Dezembro de 1975, na residência oficial do líder da República Popular da China, no decurso das quais o líder americano introduziu a questão da influência ou presença soviéticas em várias partes do globo, referindo “estou certo que também está preocupado como nós acerca da União Soviética no Oceano Índico e, com certeza, os esforços deles na parte oriental de África. Estes desenvolvimentos são vigorosamente contrariados por nós. Eu falo aqui, com certeza acerca de Angola onde estamos a tomar acções directas para prevenir a União Soviética em conquistar uma posição segura nessa aparte desse grande continente”. À esta observação, o líder chinês retorquiu “você não parecem possuir muitos meios. Nem nós”; e o líder americano insistiu “eu penso ambos os dois podemos fazer melhor”; e a sua contraparte “eu estou a favor de empurrar a União Soviética para fora (referia-se fora

de Angola); ao que o americano precisou “ se ambos os dois fizermos um bom esforço, poderemos; e o líder chinês correspondeu dizendo “através do Congo Kinshasa, Zaire” e depois de haver sido segredado pelo seu vice-primeiro Ministro em chinês que “o factor que aqui complica é a África do Sul, o envolvimento da África do Sul. Isto ofendeu toda a África Negra. Isto complica todo o assunto”, ao que prosseguiu Mao Tse Tung já abertamente com as palavras “a África do Sul (na altura racista) não tem boa reputação”; e o líder americano insistiu “mas eles estão a lutar contra a expansão da União Soviética, e nós pensamos que isto é admirável”. Prosseguiu o líder americano com uma confissão interessante nos seguintes termos “nós estamos a colocar uma substancial (soma) de dinheiro através da Zâmbia e Zaire. Nós pensamos que se houver uma acção ampla da nossa parte, (também) da República Popular (referia-se à China) e de outros, nós podemos impedir que a União Soviética possua uma base naval importante e controle recursos substanciais em Angola. E nós estamos violentamente opostos à uma substancial participação de Cuba. Eles agora têm 5 a 6 mil tropas em Angola. Nós pensamos que não é uma coisa saudável; e a União Soviética” (queria dizer, ainda mais a URSS em Angola, não era coisa saudável). Depois seguiu-se incisiva interpelação ao presidente americano sobre o papel da África do Sul racista, com o Vice-Primeiro Ministro Teng a não se conter na pergunta “você diz que admira a África do Sul”? ao que o embaraçado líder americano respondeu “não. Eles tomaram uma forte posição contra a União Soviética. E eles estão a fazer isso totalmente por conta própria, sem nenhum incentivo dos Estados Unidos (da América)”; e o Vice-Primeiro Ministro foi ainda mais incisivo com um monólogo “em Angola”, como quem diz estão a atacar um País soberano e o ainda ou provavelmente mais embaraçado líder americano amorteceu a tensão respondendo “a África do Sul (racista) está contra o MPLA”, para dizer que não está contra Angola; na sequência, o líder chinês cortou a aspereza da interacção entre o Vice-Primeiro Ministro Chinês e o líder americano, referido brevemente “esta é uma questão que necessita ser estudada” ao que o hóspede insistiu “o tempo é essencial” e o líder chinês de novo tranquilizou (erradamente, sabe-se hoje) “parece-me que o MPLA não terá sucessos” e o líder americano a mostrar-se tranquilizado, também completou “nós certamente esperamos que não”; foi então a vez do Secretário de Estado americano a colocar a foice em seara própria, acudindo o seu Presidente que fora fustigado pelo Vice-Primeiro Ministro sobre o deslize na natureza das relações americanas com a África do Sul racista, referindo “se as outras duas forças tiverem suficiente disciplina e nós podermos dar-lhes equipamentos, então nós podemos impedi-los (os do MPLA) em terem sucessos. Eles os da FNLA e a UNITA

precisam de treino (assegurado) por aqueles que entendem de guerra de guerrilha”; estava a convidar as autoridades chinesas a responsabilizarem-se pelo treino militar da oposição armada angolana; e prosseguiu “nós podemos dar-lhes equipamentos se outros lhes derem treino”; o líder chinês acrescentou com provável azedume “nós os apoiámos no passado através da Tanzânia, mas a Tanzânia mantém-se sobre determinadas coisas em que eram supostos ultrapassar (no original: but Tanzania has a hold on certain things that were supposed to go through). Talvez, agora devemos trabalhar com o Zaire”; o Vice-Primeiro Ministro chinês aquiesceu a visão do seu líder, dizendo “talvez seja melhor através do Zaire” e o Secretário Kissinger acrescentou, como se estivesse a concordar e a abrir outras sugestões “através do Zaire. E a parte chinesa podia talvez usar a sua influência sobre Moçambique (para ajudar a oposição armada angolana, queria ele sugerir). Teria um significado moral em África se Moçambique não suportar o grupo soviético do MPLA”; e depois terem sussurrado entre si a delegação chinesa; o líder chinês sentenciou “mas, você sabe, Moçambique apoia o MPLA. Seria provavelmente difícil” ao que o Vice-Primeiro Ministro, completou é “impossível” (o governo de Moçambique trair o MPLA); sempre demolidor em quebrar os impasses, o Secretário de Estado americano aduziu “eu sei. Eles podem não compreender o que estão a fazer, porque eles também olham bastante para a China” ao que o líder chinês assentiu com as palavras “nós poderíamos fazer uma tentativa” e o Secretário americano aproveitando a brecha completou “eu não penso que Moçambique esteja a compreender o assunto de Angola. Eles precisam de conselho e eles ouvem mais à China do que à nós”; e o Presidente Mao Tse Tung reiterando a afirmação anterior “nós poderíamos fazer uma tentativa” levou o seu Vice-Primeiro Ministro a mostrar-se menos antagonizante ao americanos, dizendo “nós podemos fazer uma tentativa (sempre de demover Moçambique do apoio ao MPLA), mas pôde não ser necessariamente eficaz” e Kissinger assentia depois de haver conseguido que a liderança chinesa, pelo menos, tentaria pressionar a liderança moçambicana a desviar o seu apoio indefectível ao MPLA, assentiu “isto é verdade”. As últimas 7 interpelações das negociações entre as delegações hóspede e anfitriã, representadas na manifestação das suas posições de Estado pelos 4 interlocutores, começaram com o líder chinês a assegurar “o Zaire é provavelmente o que se pode confiar mais”, ao que o Secretário de Estado americano reforçou, referindo “o Zaire deve ser uma base para a assistência activa. Nós não podemos obter ajuda de Moçambique, mas pode ser que (assumam) eles estarão fora do assunto”; e sentindo a necessidade de ser mais explícito sobre esta última asserção, acrescentou “nós não podemos obter ajuda de Moçambique, mas pode ser, pelo menos,

eles vão permanecer neutros”; e o líder chinês voltou a reiterar a promessa “nós podemos fazer uma tentativa”, ao que o Presidente Geral Ford fez o penúltimo esforço para persuadir a liderança chinesa, referindo “eu digo mais uma vez que o tempo é primordial, porque as outras duas forças necessitam encorajamento. Elas estavam a progredir até recentemente. Há um empate neste momento. Seria trágico se o MPLA prevalecesse depois do esforço que foi feito por nós, vós e outros”; e o líder chinês retorquiu com azedume “isto é difícil de ser dito (no sentido de admitido). Bom, você pensa que é tudo?” ao que o líder americano retorquiu para finalizar a cimeira dos dois líderes e respectivas comitivas, “devo também dizer em referência a Angola (que) justamente antes de eu ter deixado Washington provei outros 35 milhões de dólares para ajudar as outras duas forças. Esta é uma sólida indicação para enfrentar o desafio da União Soviética e derrotar o MPLA”.

Tão premente eram os assuntos internacionais, e dentre estes o de Angola, que 50 dias depois dessa cimeira sino-americana de Beijing, uma comitiva americana liderada pelo Secretário de Estado Henry Kissinger deslocou-se a Moscovo e encontrou-se num dos salões do complexo de majestosos edifícios do Kremlin com a comitiva anfitriã liderada pelo líder soviético, Leonid Brezhnev e pelo seu homólogo Andrei Andreievich Gromyko. A sessão ocorreu na quarta feira, dia 21 de Janeiro de 1976 (71 dias depois da proclamação da Independência), das 11h00 às 13h50 locais e integrava-se no âmbito das conversações para a ulterior celebração entre a URSS e os EUA do Tratado de Limitação das Armas Estratégicas (com o acrónimo em inglês de SALT – Strategic Arms Limitation Treaty).

Porém, mesmo não havendo constado inicialmente da agenda, o Secretário de Estado americano insistiu a inclusão da questão sobre Angola, tendo ele explicitamente referido: “mas antes que eu conclua (referia-se à conclusão do seu discurso introdutório à reunião), eu gostaria de levantar um novo assunto que se põe entre nós. É intolerável para nós que um país no hemisfério ocidental possa lançar uma invasão virtual de África. Além disso, a ajuda da União Soviética para esta força cubana cria um precedente a que os Estados Unidos devem resistir. Nós fizemo-lo como um princípio cardinal das nossas relações (certamente referia-se entre a URSS e os EUA), que uma superpotência deve exercer contenção e não se esforçar pela vantagem unilateral. Se este princípio é agora abandonado, a perspectiva é uma reacção em cadeia com potencial de resultados desastrosos” (Kissinger, 1976).

O líder soviético deve ter ficado bastante preocupado pela surpresa e aspereza da expressão do hóspede, pelo que observou com o fito de pedir precisão de imediato “você diz isto (sobre Angola) no sentido de ameaça de alguma espécie de guerra a deflagrar-se” (Brezhnev, 1976); e o Secretário de Estado americano, clarificou “não é uma ameaça de guerra, Senhor Secretário Geral. Mas, se cada país se comportar nessa via, isto pode crescer para uma situação muito perigosa” (Kissinger, 1976).

O líder soviético comentou de seguida com palavras de circunstância no sentido de desanuviar a tensão, mas no momento imediatamente a seguir, o Secretário de Estado americano, voltou a sublinhar “eu devo referir-lhe francamente, a introdução em Angola de uma força expedicionária cubana suportada com armas soviéticas é um assunto que nós devemos tomar extremamente seriamente (do original em inglês: I must tell you frankly, the introduction into Angola of a Cuban expeditionary force backed by soviet arms is a matter we must take extremely seriously), pelo que se depreende, quão prioritária foi tornada a questão de Angola para a paz internacional.

Por inerência dos exemplos do que se disse numa cimeira de duas nações das mais poderosas no Mundo e de uma quase cimeira com a outra poderosíssima nação do Mundo, a transição de Angola de colónia de Portugal para Estado soberano e com posição própria no concerto das Nações, não dizia respeito apenas à vontade dos angolanos, mas também do cruzamento de interesses de nações regionais e poderosíssimas de outros continentes, cuja capacidade de coerção diplomática, económica, política e militar transcendiam de longe a capacidade de afirmação autónoma das lideranças nacionais, pois estas foram dependentes da assistência multiforme de países que ajudaram as suas organizações enquanto desenvolveram a luta contra o colonialismo e continuavam a sê-lo na construção da arquitectura das relações internacionais inter-estatais julgadas as mais recomendáveis para ultrapassar de forma expedita o atraso socio-económico e cultural imposto as angolanos pelo colonialismo durante quatro séculos.

Os desafios da construção da unidade do País numa base de participação igualitária das populações de todas as regiões que o compõem, da consolidação progressiva dos poderes instituídos e constituídos com base num unilateralismo ideológico, da integração equidistante e harmoniosa do País no concerto das nações, numa conjuntura global de Guerra Fria, bem como a sobrevivência da oposição armada aos poderes nacionais instituídos e o imperativo histórico do desmantelamento dos governos minoritários retrógrados do cone sul do continente, mostraram-se haverem transcendido

as capacidades nacionais de serem internamente harmonizados e sido difíceis de serem levados à cabo sem, de novo, o recurso à mobilização da assistência vital externa.

As organizações de oposição armada aos governos revolucionários constituíram-se amiúde no séc. XX, desde a resistência do exército branco contra o exército vermelho bolchevique de 1918 – 1923 na Rússia; a insurreição dos alzados contra o governo triunfante de Fidel Castro Ruz, que desenvolveu uma guerrilha poucos meses depois do triunfo da revolução em 1959 até 1965, precipitada por oposição à reforma agrária comunista, primeiro bastante generalizada do ocidente ao oriente de Cuba e na etapa final, limitada na região das montanhas de Escambray nas províncias de Villa Clara e Santo Espírito, para citar apenas as atribulações dos poderes dos dois estados que mais contribuíram para a consolidação do Estado Angolano nos primeiros 17 anos após a proclamação da Independência do País (Ruz, 1977).

O líder Cubano, Fidel Castro Ruz, viria a aludir em princípios de Março de 1977, quando visitou os seus efectivos militares estacionados na cidade do Huambo, no âmbito da única visita que realizou a Angola, a quase impossibilidade de extinguir a guerrilha em Angola, recorrendo à sua experiência difícil de a ter erradicado no seu país insular, pequeno e de limites mais fáceis de controlar do que Angola, este 14,5 vezes maior, constituído por vários povos destinados à construir uma nação e biomas diversificados.

Sob pressão da opinião pública americana influenciada por alguns académicos das Universidades de Standford e de Washington opostos a um novo engajamento militar americano de grande intensidade no estrangeiro após a humilhação das suas forças pelos viet-kongs na cidade actualmente designada Ho-Chi-Minh no Vietname, no dia 30 de Abril de 1975, foi igualmente aprovada pelo Congresso a Emenda à Lei de Controlo de Exportações de Armas (em inglês: Us Arms Export Act), proposta pelo senador democrata do Estado de Iowa, Dick Clarck, e nos termos da qual se proibia apoio aos grupos privados comprometidos com operações militares e paramilitares em Angola, tendo este acontecimento, associado à entrada em funções de uma nova administração liderada pelo Presidente democrata James Earl Carter Jr ou simplesmente Jimmy Carter no dia 20 de Janeiro de 1977, constituído algum alívio da pressão militar que a anterior administração americana republicana estava a exercer vigorosamente sobre o Governo da jovem nação angolana.

Mas a Emenda Clark não tinha podido extinguir por completo os suprimentos de material letal americano à oposição armada angolana, pois os círculos americanos interessados pela sua continuação encontraram um mecanismo para contornar a Emenda Clark, consumando os fornecimentos por intermédio de países terceiros do Médio Oriente e da África Austral, até à definitiva revogação da Emenda pelo Congresso americano em Julho de 1985, como viria a ser confirmado pelo Director da principal Agência de Informações norte-americana, George Herbert Walker Bush, em 20 de Janeiro de 1981 cooptado como Vice-Presidente do Presidente Ronald Wilson Reagan e no termo de dois mandatos presidências deste, de 1990 -93, para a Suprema Magistratura do País, perfazendo um longo período ininterrupto de 12 anos de governação americana republicana, interrompido com o mandato presidencial no período de 1993 a 2001 de William Jefferson Clinton ou simplesmente Bill Clinton, quando logo no início do seu mandato, em 19 de Maio de 1993 a sua administração reconheceu formalmente o Governo de Angola e a oposição armada angolana enfrentou adversidades crescentes que, associadas ao desanuiamento da tensa situação geopolítica com a anterior libertação de Nelson Mandela e a Independência da Namíbia no primeiro trimestre de 1990, conduziram finalmente ao seu desmoroamento militar.

***A nação viu uma destruição sem precedentes de vidas e bens durante os anos de conflito militar***

O antagonismo subjacente à tensão internacional traduziu-se na polarização do tecido demográfico angolano. A nação ficou dividida, tendo o proselitismo do Governo e da oposição armada do País a cada um dos dois blocos que protagonizavam a Guerra Fria constituído a linha fracturante ao entendimento nacional e suportado a esperança de vitória sobre a outra parte contendora.

Independentemente da racionalização da génese do conflito, Angola converteu-se em campo de batalha de exércitos forasteiros, apoiados numa das duas partes nacionais beligerantes e destinados a aniquilar os nacionais e seus aliados circunstanciais no teatro do conflito.

A doutrina ideológica de suporte a beligerância instilava o opróbrio contra o semelhante cultor do proselitismo ideológico diferente, e tendo em observância este princípio, as pessoas deixaram de sê-las para converteram-se em inimigos, reaccionários, bandidos, etc., em contramão à cultura pacífica, de solidariedade e de parentesco informal africanos, de que cada geração foi sempre herdeira da sua precedente, desde os tempos dos nossos mais remotos antepassados.

Nas conversações que se realizaram no Palácio do Presidente em Luanda entre a comitiva anfitrião de altos dirigentes liderada pelo primeiro Presidente de Angola, Dr. Agostinho Neto, e a hóspede liderada pelo líder cubano, Fidel Castro Ruz, o líder angolano aludiu no discurso de boas vindas à circunstância de ter abordado “diariamente” com os mais altos representantes das missões civil e militar cubanas em Angola “sobre temas da reconstrução ... e em torno da luta contra os bandidos” do País. Mais adiante na mesma ocasião, reiterou “cremos no Socialismo” e como que para sublinhar quão nova era essa ideologia em Angola, esclareceu “cuando fizemos a opção socialista, foi necessário declarar isto ao nosso Povo”, bem como para explicitar melhor a opção do modelo de sociedade que sob sua liderança seria implementada em Angola, asseverou no mesmo discurso “Cuba pertence ao campo socialista, Cuba tem uma grande experiência. Queremos realizar neste País as tarefas que sejam mais convenientes para o socialismo em Angola, com um partido marxista-leninista. Preparamos o 1º Congresso, de onde sairá aprovada a ideia de criar esse partido marxista-leninista” e mais adiante no mesmo exercício assegurava “Cuba é um país socialista, e Angola um país com opção socialista” (Neto, 1977).

Pelo que precede, o primeiro líder do nosso País mostrava-se com uma inabalável convicção das virtudes do Socialismo para equacionar os prementes desafios que se punham à nova nação, mergulhada na asfixia económica provocada pela desarticulação dos processos de produção e distribuição de bens e serviços, pelo êxodo dos técnicos da administração colonial e pelo contexto geopolítico predominantemente desfavorável. Provavelmente, devido a este último factor, proclamara no ano anterior na sua visita de Estado a Cuba, a qual era retribuída nessa circunstância, “o mais importante não é a geografia, mas é a ideologia”.

E tinha absoluta coerência essa sua reflexão com o contexto que o seu governo enfrentava em África, porque quando pela primeira vez, em 1976, na cimeira da Organização da Unidade Africana realizada em Kampala, fora abordada a questão da admissão de Angola no seio dessa organização continental, os países membros haviam estado tão divididos que Angola não fora admitido. Foi necessário que se fizesse um esforço diplomático suplementar e a balança do exercício do poder no terreno se clarificasse mais a favor do novo governo, para que o país tivesse podido, finalmente, ser acolhido no seio da organização continental.

A primeira frase do líder hóspede do discurso de réplica ao do líder anfitrião foi “as relações entre Angola e Cuba são exemplares” e mais adiante “por ocasião da visita do companheiro Neto a Cuba conhecemos muito, pudemos saber o que estão fazendo, as medidas que foram adoptadas, a linha (referia-se à doutrina política). E disse-o ao companheiro Risquet (era o seu mais alto representante em Angola, acima do Embaixador): tudo o que seja para Angola, vamos resolvê-lo. Sempre pressiono em Cuba para dar tudo o que tenhamos a Angola”.

Mas o líder cubano tinha noção exacta do tamanho do passo que podia dar, pois nessa ocasião demonstrou com clareza os seus receios do agravamento da conflitualidade na África Austral, pois embora reafirmasse “os imperialistas, desde sempre, tratam de aproveitar todas as coisas (referia-se a um rumor que corria em algumas chancelarias ocidentais, nos termos do qual o governo de Angola estaria prestes a ceder à pressão dos Estados Unidos quanto ao repatriamento das forças cubanas de Angola). Mas é importante que não restem dúvidas para ninguém, sobre qual é a nossa verdadeira atitude. E no que se refere às nossas relações com Angola, ela não pode ser em nenhum caso negociadas. Em relação ao envio de tropas cubanas para ajudar a Namíbia, a situação já era diferente. Aqui temos de cooperar entre Cuba e Angola. E mais, aí está o facto de que qualquer outro passo poria em perigo a distensão, algo que não podemos deixar de tomar em conta”.

Em relação à problemática no Zimbabwe, na Namíbia e em outros países da região, “tal como estão as coisas, as ameaças que existem contra a paz mundial, pensamos que é necessário coordenar com a União Soviética”, e especialmente em relação ao Zaire “a actividade dos Catangueses (era uma força armada e rebelde aos poderes instituídos no país vizinho) deve ser analisada”, pois esclarecia com acrisolada lucidez “somos partidários de se fazer tudo para se acelerar o desmoronamento do imperialismo e pela

revolução dos povos, mas não podemos perder de vista a realidade, e há que actuar com base nestes princípios”(Ruz, 1977).

Deve ter havido a impressão que, as palavras do hóspede antilhano eram um tutorial aos maioritariamente jovens, neófitos e altos servidores angolanos, entregues à espinhosa incumbência de governar um país novo e em plena atribulação.

***Labaredas flamejantes estenderam-se em toda a extensão do País em duas décadas e meia de conflito armado.***

Apesar de existirem muito importantes publicações de cientistas sociais, militares e outros estudiosos angolanos e também estrangeiros sobre o conflito armado que assolou o nosso País durante o período de década e meia após a proclamação da Independência, o tratamento científico desse período da História Nacional, em todas vertentes das ciências sociais, humanas e dos seus efeitos na natureza, ainda requererá muito esforço e inspirará muitas vontades, para que seja legado às gerações que não o viveram um relato que as leve a desejar, permanentemente, a concertação e a paz nacionais.

Nesta limitada abordagem do assunto, incumbimo-nos em fazer um ultra simplificado bosquejo da tragédia que se abateu naquele período e deixou sequelas protraídas até aos dias correntes sobre os angolanos.

Três meses antes da proclamação da Independência, as invasões do governo minoritário e racista sul-africano começaram informalmente com a ocupação do empreendimento hidroeléctrico de Calueque no Cunene, em 09 de Agosto de 1975, assumiram maior envergadura com a Operação Savana, a partir de 14 de Outubro do mesmo ano, quando perante a ausência de resistência à altura da sua composição em efectivos, armas, blindados, veículos militares e equipamento, chegaram ao rio Ebo (Cuanza Sul) em menos de um mês de operações, tendo ao longo do itinerário vitimado angolanos e cubanos; com o reforço progressivo do contingente cubano a partir da antevéspera do dia da proclamação da Independência e da pressão diplomática da indignada comunidade internacional foram compelidas, provisoriamente, a retirar-se em Março do ano seguinte.

Dois anos depois, justamente no dia 4 de Maio de 1978, as forças sul-africanas realizaram uma das maiores e primeiras tragédias humanas em Angola, ao haverem intervindo com um massivo assalto terrestre e aéreo na localidade de Kassinga, habitado predominantemente por refugiados namibianos integrantes da SWAPO, tendo-a ocupado durante seis dias e provocado a destruição de mais de seiscentas vidas e arrasado tudo que pudesse abrigar e sustentar pessoas.

A tenacidade combativa da oposição armada ao governo, assistida e potenciada pelo governo e pelas forças sul-africanas, progredia, igualmente, no sul do País, ao ponto de em 1981 combates de envergadura prenunciadora do que viria a ser a monstruosa realidade da guerra nos 14 anos seguintes, ocorreram entre Xangongo e Ondjiva, e levaram à nova intervenção da força aérea sul-africana fustigando as populações e infraestruturas civis do Cuamato e no Môngua; de seguida, entre 23 de Agosto e 01 de Setembro de 1981 as forças do governo racista realizaram a operação protea contra as unidades militares governamentais estacionadas em várias localidades da província do Cunene. Tendo os sul-africanos reconhecido que um dos aspectos fortes do governo de Angola residia na capacidade autónoma e multicêntrica de produção e de refinação em Luanda de petróleo, em Novembro de 1981 atacaram com uma expedição de comandos a Refinaria da Petrangol em Luanda, com o objectivo, muito longe de ser atingido, de paralisar a produção de combustíveis para a economia e o esforço de guerra do governo de Angola; em Maio de 1985, e enquadrado na mesma lógica, outro comando sul-africano atacou as instalações petrolíferas do Malongo em Cabinda.

Em 1983 a oposição armada enfrentou as forças do governo em Cangamba, numa batalha protraída e demonstrativa de um nível organizativo evolutivo para unidades regulares e semi-regulares daquela; e no ano seguinte estas realizaram um ataque de grande envergadura à cidade do Sumbe, tendo a magnitude destes dois acontecimentos militares da oposição armada suscitado minuciosas atenções do alto comando militar em Havana, vertidas e apreciadas nos respectivos relatórios de 9 de Dezembro de 1983 e 9 de Julho de 1984.

No ano seguinte, as forças governamentais empreenderam um esforço de grande envergadura, designado Operação II Congresso do MPLA-PT, destinado a extinguir as unidades da oposição armada e das dos seus aliados sul-africanos nas áreas do Cuito Cuanavale, Mavinga e procurar atingir o extremo sudeste do país onde as forças contendoras haviam estabelecido a sua sede político-militar. Os inconclusivos resultados obtidos foram coligidos em relatório militar datado de 18 de Outubro de 1985 da Missão

Militar Cubana em Angola e impeliu a uma cimeira de concertação política-militar, realizada uma semana depois em Havana, entre o Presidente da República de Angola e o seu homólogo da maior nação insular das Antilhas. E a elevada magnitude dos efectivos, armas, veículos de todos propósitos e equipamentos diversos reunidos nessa operação não se traduziu na plenitude no objectivo que se propunha atingir, pelo que logo no dia 27 do primeiro mês do ano seguinte, os altos comandos militares de Angola, dos assessores soviéticos e do contingente cubano apreciaram e concertaram na cidade do Lubango as vias, do âmbito das suas responsabilidades, para tentar levar de vencida a coligação adversária de forças nacionais e de seus aliados sul-africanos. E a premência da situação fora também reconhecida pelos Chefes de Estado do nosso País e da nação antilhana, o que suscitou a realização no dia 8 de Setembro do mesmo ano de 1986 de uma nova cimeira em Havana entre os dois líderes.

O governo do País voltou a realizar no último trimestre de 1987 e primeiro de 1988, com o apogeu dos resultados atingidos especialmente no dia 23 de Março desse último ano, o esforço de maior magnitude do que o que realizara três anos antes no quadro da Operação II Congresso, tendo chegado ao Cuito Cuanavale e , finalmente, na célebre área designada por Triângulo do Tumpo, cujos resultados levaram a liderança sul-africana a assumir a futilidade da continuação do seu engajamento no conflito e a enveredar por alguma concertação diplomática que permitisse desanuviar a situação em Angola, na Namíbia e na África do Sul, contanto que no Zimbabwe já havia sido extinto o governo minoritário e conquistada pela maioria nativa a Independência desde Abril de 1980, embora alguns círculos políticos angolanos, e na altura militarmente integrados na oposição armada, divirjam desta concatenação dos acontecimentos.

### ***A diplomacia entre os beligerantes e os promotores da beligerância***

Tão cedo quanto no início do segundo lustro após a proclamação da Independência, o governo de Angola reconheceu a pertinência de iniciar alguma abordagem diplomática com o governo racista sul-africano, tendo para este fim uma delegação integrada pelos ministros de defesa e do interior de Angola se encontrado nessa altura em Lusaka com os ministros de defesa e dos negócios estrangeiros sul-africanos, para aliviarem, tanto quanto poderia ser possível, a tensão estruturada na base de acusações recíprocas de apoio, respectivamente, à Organização do Povo do Sudoeste Africano (em inglês SWAPO) e à Oposição Armada angolana.

À guerra, cada vez mais destrutiva de vidas e bens em proporções massivas, juntou-se a diplomacia, a partir da entrada em funções nos Estados Unidos da América da Administração Reagan em 1981 e o início da liderança de Michail Gorbatchov em 1985 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); pelo que, a superpotência americana concebeu o princípio do linkage, sob cujo âmbito combinava a retirada definitiva das forças sul-africanas de Angola e do Norte da Namíbia, bem como a concessão da Independência da Namíbia à retirada dos efectivos militares cubanos estacionados em Angola para protecção do respectivo governo e à instauração do pluralismo político no País, incluindo o reconhecimento da Organização Política da oposição armada; e a superpotência euroasiática instaurou a Perestroika, com a qual perseguia uma renovação política, económica e social na URSS e a extinção da Guerra Fria ao nível internacional.

Desde a renovação das lideranças das duas principais superpotências na primeira metade da década de 80, que se foi consolidando progressivamente a dinâmica diplomática para resolver na globalidade a crise da África Austral, onde Angola era o epicentro da mesma. Nos primeiros 4 anos posteriores à conquista da Independência, as instituições do País haviam estado a funcionar sob a divisa “Angola é e será por vontade própria trincheira firme da Revolução em África”, proclamada pelo seu primeiro Presidente.

Pelo menos, por duas vezes ocorreram no último quadrimestre do ano de 1984 (16 de Outubro e 3 de Dezembro) conversações directas entre delegações dos governos de Angola e dos Estados Unidos da América para tratar as exigências do lado angolano da retirada das forças sul-africanas do sul de Angola e da implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que estabelecia o roteiro para a Independência da Namíbia e do lado americano, impunham o linkage, sob cuja concepção o contingente cubano destacado em Angola deveria ser repatriado na totalidade para o seu país de origem, pois receava-se que constituía um risco de extensão da guerra à Namíbia e à África do Sul e o governo de Angola deveria permitir o pluralismo político no País. As cautelas das partes directamente envolvidas no conflito e as garantias que esperavam da comunidade internacional, especialmente das duas superpotências, estiveram na base da realização de muitas reuniões em formatos, bi, tri e quadripartidos entre Angola, Estados Unidos da América, Cuba, África do Sul (com o governo racista) e a URSS e sem a consideração da participação directa da oposição armada em Angola.

O quadro a seguir resume algumas das reuniões que foram realizadas, o respectivo formato, a data e o local (sempre que foi possível encontrar essas indicações).

Número de ordem	Data da realização da reunião	Local	Formato e participantes	Assunto
1	16/10/1984	n/referido	Bilateral – Angola e EUA	Independência da Namíbia + Retirada das forças sul-africanas do sul de Angola + repatriamento do contingente cubano e pluralismo político em Angola
2	03/12/1984	idem	Idem	Idem
3	15/07/1987	Luanda	Idem	Idem
4	31/07/1987	Havana	Cimeira bilateral – líderes de Angola e Cuba	Idem
5	08/09/1987	n/referida	Bipartida – Angola e EUA	Idem
6	09/09/1987	idem	Idem	Idem
7	n/referida	Bruxelas	Idem	Idem
8	15/10/1987	Havana	Bilateral- líder cubano e Ministro das RE de Angola	Idem
9	06/11/1987	Moscovo	Gorbachov e Fidel Castro	Assuntos bilaterais e internacionais, dentre os quais a situação em Angola
10	15/11/1987	Havana	Reunião alargada entre líder cubano e liderança alargada político-militar de Cuba	Situação do contingente cubano em Angola
11	29/01/1988	Futungo de Belas - Luanda	Bilateral – Angola EUA	Repatriamento do contingente cubano em Angola e desanuviamiento da crise regional
12	09-11/03/1988	idem	Trilateral – Angola Cuba e EUA	Idem
13	17 e 18/03/1988	idem	Bilateral – Angola e EUA	Idem
14	03 e 04/05/1988	Londres	Quadripartida – Angola, África do SUL, Cuba e EUA	Idem
15	17-19/06/1988	Havana	Líder cubano e liderança alargada político-militar cubana	Situação em Angola e repatriamento do contingente cubano
16	22 e 23/06/1988	Cabo Verde	Trilateral – chefias militares de Angola, Cuba e EUA	Cessar fogo em Angola e repatriamento contingente cubano
17	2-5/08/1988	Genebra	Quadripartida – Angola, África do Sul, Cuba e EUA	Solução da crise regional e repatriamento dos contingentes sul-africano e cubano de Angola
18	24 -26/08/1988	Brazaville	Idem	Idem
19	7-9 e 26-29/09/1988	Brazaville	Idem	Idem
20	06-09/10/1988	Nova York	Idem	Idem
21	17/12/1988	Havana	Cimeira bilateral – líderes angolano e cubano	Assuntos bilaterais e repatriamento dos sul-africanos e cubanos de Angola
22	24/06/1988	Cairo/Egipto	Pentapartida – Angola, África do Sul, Cuba, EUA e URSS	Solução da crise regional e repatriamento dos contingentes sul-africano e cubano de Angola
23	22/12/1988	Sede da Organização da Nações Unidas em Nova York	Pentapartida – Angola, África do Sul, Cuba e observação dos EUA e da URSS para Assinatura do Acordo de Paz na África Austral	Idem

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de fontes documentais dos arquivos do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, disponibilizadas pela Missão Diplomática de Cuba em Angola.

Os Acordos de Paz para a África Austral assinados na Sede da ONU em Nova York no dia 22 de Dezembro de 1988 traduziram-se em 1989 na retirada das forças sul-africanas do sul de Angola, início do repatriamento do contingente cubano de Angola, início da implementação da Resolução 435 do Conselho de segurança das Nações Unidas e em 1990 a Libertação de Nelson Mandela e início da democratização da África do Sul e a Independência da Namíbia sob o governo da SWAPO.

Mas ficara por ser equacionada a componente interna do conflito angolano, que envolvera directamente o governo e a oposição armada do País, pelo que a guerra autonomizou-se com beligerantes apenas nacionais e um segundo esforço internacional e continental, com garantias das duas superpotências, que haviam estado na base da sua ocorrência protraída, teve de ser realizado.

***A violência recrudesciu apenas entre os angolanos tantos anos depois da Independência, quanto tinha durado a sua luta para conquistá-la.***

O conflito armado assumiu o carácter de um processo plenamente fratricida, desde princípios de 1989, 14 anos após a proclamação da Independência e com algumas breves intermitências, até 22 de Fevereiro de 2002. Continuando com o paradigma anterior aos Acordos de Nova York, designadamente, o de pressionar o contendor a aceitar a via diplomática e no decurso desta em conseguir concessões do interlocutor, a guerra prosseguiu com tanto ou ainda maior virulência e generalização em todo o País. Ficaram registados na História do País o cerco de 45 dias (as populações combalidas convencionaram assim chamar, embora não tenham sido exactamente 45 dias) da cidade do Luena, de 01 de Abril a 01 de Maio de 1991, pela oposição armada

No âmbito do que precede, no dia 22 de Junho de 1989 realizou-se a cimeira de Gbadolite na actual República Democrática do Congo, no decurso da qual o Chefe de Estado anfitrião e mais 15 outros e dois representantes de outras duas nações africanas conduziram negociações indirectas entre as comitivas conduzidas pelo Presidente de Angola e pelo líder da Organização de oposição armada ao governo, a UNITA. No fim da cimeira, os dois concidadãos e líderes das partes beligerantes, encontraram-se para apenas consumarem o gesto de saudarem-se com o aperto de mão e integrarem a fotografia de família dos mais altos dignatários africanos; não teve efeitos substantivos a cimeira de Gbadolite.

Após iniciativas diplomáticas dos contendores em Angola para fazer avançar as suas agendas unilaterais nos âmbitos continental e internacional e o facto do conflito armado não ter podido definir uma vitória ineludível de alguma das partes contendoras, o governo português chamou a si a espinhosa tarefa de animar a via diplomática para desencadear o processo negocial de paz em Angola.

Pelo menos cinco encontros ocorreram em Portugal e um nos Estados Unidos da América durante o ano de 1990, designadamente, o 1º em Évora nos dias 24 e 25 de Abril, o 2º em Oeiras (arredores de Lisboa) nos dias 16 a 18 de Junho, o 3º em Lisboa de 27 a 30 de Agosto, o 4º de 24 a 27 de Setembro, o 5º de 16 a 20 de Novembro, o 6º em Washington no dia 13 de Dezembro, e no ano de 1991 encontrava-se finalmente as bases consensuais para a instauração da Paz em Angola, iniciando com o encontro tripartido de Portugal, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Soviética (sem a participação dos contendores angolanos) nos dias 4 e 5 de Março e a partir de 4 de Abril iniciou o processo negocial ininterrupto entre os contendores angolanos, no formato de reuniões de Comissões Técnicas incumbidas de tratar do cessar fogo, da realização das eleições, formação da Comissão Conjunta Político-Militar, das Forças Armadas Angolanas em substituição das forças militares das partes contendoras, sob mediação portuguesa e acompanhamento do triunvirato de observadores constituído pelos Estados Unidos, União Soviética e Organização das Nações Unidas e, em menos de um mês depois e para assinalar a conclusão com êxito do processo negocial, na data internacionalmente consagrada à celebração e exaltação dos trabalhadores, os chefes das duas delegações das partes beligerantes rubricaram os Acordos de Paz de Bicesse, que foi trinta dias depois solenemente homologado com as assinaturas dos líderes de Angola e da Organização político-militar opositora, e testemunhados por dignatários do governo português, americano, soviético, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana e o Cardeal católico de Angola.

O Acordo de Paz de Bicesse possibilitou a realização das primeiras eleições em 29 e 30 de Setembro de 1992, no termo das quais a organização política da qual emanava o governo do País foi vencedor com maioria absoluta, com conseqüente derrota do partido da oposição armada e outras forças políticas concorrentes no primeiro pleito plenamente reconhecido pela Organização das Nações Unidas e outras organizações observadoras, como se tendo conciliado com os critérios de eleições justas, democráticas e transparentes.

Apesar do que precede, a evolução dos acontecimentos demonstrou que nem as eleições nem o Acordo de Paz de Bicesse que as tinham permitido realizar tinham sido suficientes para frear a ânsia dos homens para o exercício do poder político em nome do Estado, pois a organização política de suporte à oposição armada considerou-as inquinadas para validá-las, pelo que enveredou pela conquista da legitimidade de exercer o Poder do Estado por via da reactivação do conflito armado, ainda mais destrutivo e generalizado que nos meses anteriores em que o conflito estava sobretudo confinado em determinadas, embora múltiplas, regiões do País. O País voltou a gemer sob as labaredas flamejantes do conflito entre concidadãos, absolutamente despropositado, por mais uma década.

Ao contrário do que ocorrera na fase do conflito anterior ao Acordo do Bicesse, na fase posterior à realização das eleições a organização política de suporte à oposição armada foi quase unanimemente identificada como o seu causador, pelo que no dia 12 de Março de 1993 o Conselho de Segurança das ONU condenou a UNITA por via da resolução 811, a Resolução 834 do Conselho de Segurança da ONU voltava a condená-la, a Resolução 864, igualmente do Conselho de Segurança da ONU, de 15 de Setembro, impunha sanções militares contra ela e, por via da resolução 1127 do mesmo organismo da ONU agravava-as numa magnitude ainda mais vigorosa e que exprimia a profunda indignação da comunidade internacional pelo identificado autor da reactivação do conflito no País.

A ONU tentou remediar o comportamento da UNITA organizando as conversações, inicialmente as inconclusivas em Abidjan em Abril de 1993, as de Lusaka solenemente assinadas a 20 de Novembro de 1994 na presença de representantes de 29 nações e que produziram o protocolo complementar ao Acordo de Bicesse, igualmente não implementado; as chefias militares do governo e da oposição rebelde reuniram-se em 10 de Janeiro de 1995 na localidade da Chipipa da província do Huambo para cuidarem de concertar a implementação das partes que lhes diziam respeito do Protocolo de Lusaka, sem que, no cômpto geral, algum progresso houvesse sido conseguido.

Perante os insucessos diplomáticos realizados sob a égide da Organização das Nações Unidas e acima mencionados, o governo ordenou no dia 15 de Setembro de 1999 a Operação Restauro, que conduziu, com elevados sacrifícios de meios humanos, materiais e financeiros, ao desmantelamento da forte capacidade bélica dos rebeldes e na fase final do conflito, no dia 13 de Julho de 2001, o governo do País ordenou a realização

da Operação Quissonde, complementada com a fase designada Operação Perseguição Impiedosa, no termo da qual, no dia 22 de Fevereiro de 2002, o líder da UNITA não foi victorioso, nem na continuação em liderar a Organização por si fundada em 1966 nem em manter a sua vida surgida desde Agosto de 1934 na Terra.

E a liderança política e militar sobrevivente da organização da oposição armada correspondeu às iniciativas do governo em extinguir definitivamente o conflito, formalizando os dois chefes militares das forças beligerantes o advento da Paz, no dia 04 de Abril de 2022 em solenidade ocorrida em Luanda.

### ***Na paz constrói-se o que na guerra destrói-se***

O conflito armado corroe Angola em todas dimensões da sua realidade e expressão. São pouquíssimas as famílias angolanas que ficaram imunes aos seus tétricos e avassaladores efeitos; a economia ficou ainda mais desarticulada do que se tivesse sido apenas arruinada com o êxodo da diáspora colonial nos meses que precederam a Independência do País; ficaram destruídas ou obsoletas por ausência de manutenção infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e marítimas; foram destruídas ou severamente danificadas grandes infraestruturas de produção, transportação e distribuição de electricidade e água; o tecido demográfico registou pesadas sequelas, traduzidas no atraso dos indicadores da instrução infanto-juvenil e da formação profissional das subsequentes fases da vida, desequilíbrio da relação natural entre os efectivos dos dois sexos em detrimento do masculino, por ter sido maioritariamente deste sexo a população engajada directamente e exposta ao risco da perda de vida ou de invalidez na guerra; os equipamentos sociais, como instituições sanitárias, de ensino, assistência social, etc. ficaram destruídos ou erodidos por indisponibilidade de recursos em mantê-los; a base produtiva alimentar e de outros bens essenciais à vida ficou suprimida ou severamente condicionada; Os equipamentos de transportes rodoviários e ferroviários, as máquinas e herdades agrícolas, instalações industriais e unidades pecuárias foram destruídas; a fauna foi abatida indiscriminadamente para remediar a fome nas comunidades e nas relações económicas com o exterior, a balança comercial ficou distorcida em detrimento de Angola, pelo peso das importações de equipamentos e assistência técnica militares. A economia nacional ficou acantonada na indústria extractiva, sobretudo a proveniente dos leitões marinhos. E, finalmente, as sequelas do conflito não se limitaram apenas aos

aspectos tangíveis, como a destruição de vidas e diversos graus de deficiência física, mas igualmente nos profundos ressentimentos e linhas sociais fracturantes que se criaram entre os prosélitos das partes beligerantes, baseadas em décadas de endoutrinamento, cosmovisões e disciplina de vida diferentes.

Por outro lado, uma das piores injustiças dos conflitos por procuração reside na circunstância de à população que é vítima do conflito acabar por ser imposta dívidas astronómicas, decorrentes da importação de suprimentos letais e não letais, bem como a, eufemisticamente chamada, assistência técnica associadas à manutenção do conflito. No fim deste, não há a quem ou a que país imputar as responsabilidades de reparação, porque os perpetradores reais e inaparentes do conflito são inimputáveis ao servirem-se dos executores nacionais e melhor identificáveis do mesmo.

Mesmo quando completar meio século de existência, como País independente e soberano, Angola registará mais tempo de existência mergulhada na guerra do que em paz, numa relação de 27 e 23 anos respectivamente.

Apesar da brevidade do tempo de existência em paz e da corrupção ou rapina de recursos gravíssima e inescrupulosa, é visível o esforço que a nação vem realizando para adequação progressiva da base material indispensável aos padrões condignos da vida das populações.

O esforço nacional em curso consiste em repor tudo o que foi destruído no decurso dos anos de conflito e adequar essa reposição ao constante crescimento demográfico.

Porém, mesmo sem sublimar os abismais e desafiantes desequilíbrios ainda existente entre as necessidades e as disponibilidades de bens e serviços na sociedade, que se traduzem na endemicidade das vulnerabilidades sociais e o cortejo de manifestações constrangedoras delas provenientes, é de justiça respigar, e sem se pretender ser exaustivo, algumas entre as importantes realizações que, o nosso País vem conseguindo em pouco mais de duas décadas de paz. Por inerência, e embora ainda inexistam circuitos produtivos dos suprimentos logísticos para o sector da saúde, é bastante relevante o esforço que tem sido realizado na edificação de instituições sanitárias e ocorrendo o mesmo com a edificação de instituições de ensino. As infraestruturas rodoviárias e respectivos equipamentos rolantes cresceram significativamente, de tal modo que não apenas já tem sido possível a cómoda transportação de pessoas e bens entre todas as capitais de províncias, como também de e para capitais de alguns países limítrofes.

Para aliviar os severos constrangimentos no sector habitacional, tem sido realizado na medida das possibilidades económicas actuais, um avultado investimento na criação de cidades, vilas, urbanizações e aglomerados habitacionais de menor dimensão.

A base infraestrutural de geração, transportação e distribuição de energia e água foi elevada para níveis superiores das que existiam antes da conquista da Independência do País, não obstante estar ainda muito aquém de ser conciliada com o crescimento demográfico em todos os aglomerados populacionais.

A produção agrícola doméstica, outrora paralisada no decurso do conflito armado, vem adquirindo expressão na produção para suprir as necessidades populacionais em carboidratos, lípidos e proteínas animais, não obstante a sua quantidade ainda requerer a importação massiva de alimentos.

Pese o facto da deficiente qualidade do ensino em todos os níveis e da persistência do fenómeno de crianças não escolarizadas por inexistência de infraestruturas e acervos patrimoniais de acolhimento constituir uma preocupação da sociedade, o universo de alunos e estudantes tem registado números sempre crescentes em cada ano lectivo.

O pluralismo político, traduzido na integração de membros provenientes de esferas politico-ideológicas diferentes nas Instituições de Soberania e da Administração têm contribuído para o esbatimento dos ressentimentos e a promoção progressiva da Unidade Nacional.

Na celebração da data da paz é legítimo reflectir se o País poderia ter escapado da incorporação no contexto global da guerra fria, acolhendo forças militares forasteiras em apoio das forças nacionais beligerantes. Pois, a História trata de acontecimentos ocorridos e não dos que poderiam ter ocorrido, sem deixar de julgar as pessoas que os permitiram.

A alusão às realizações que precedem sugerem o quanto as condições de vida das populações poderiam estar muito melhor se Angola não tivesse sido mergulhada no conflito, cujas consequências devem servir de lição para as lideranças promoverem na sociedade a observância da paz, em detrimento das ambições centradas no exercício a todo o custo do poder de grupo, sublimado como sendo emanção do Povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Minter, W. (1998). *Os contras do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique.
- Tibúrcio, J. A. P. (2009). *Paz e guerra em Angola: Um estudo exploratório*. Serviço de Publicações da Universidade de Brasília.
- Silva, E. (2017). *Luena, 45 dias de batalha: Cerco à cidade e negociações em Bicesse*. Mayamba Editora.
- Correia, P. de P. (2019). *... da descolonização: Do protonacionalismo ao pós-colonialismo*. Mayamba.
- Manuel, C. M. (2021). *Angola – Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*. Autores Clube.
- Ramos, J. da G. (2018). *Angola pelos caminhos da paz: Guerra e diplomacia (1975-2002)*. Mayamba.
- Puna, M. M. N. (2019). *Mal me querem: A história de Angola na voz de quem a fez. Um testemunho sem meias-palavras*. Guerra e Paz.
- Muekalia, J. (2010). *Angola: A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Sextante Editora.
- Arquivo do Comité Central do Partido Comunista de Cuba. (s.d.). *Relatórios de reuniões e memorandos de conversações sobre as relações de Cuba e Angola*. Havana.
- Geldenhuis, J. (2008). *At the front: A general's account of South Africa's Border War*. Jonathan Ball Publishers.